Aviso n.º 4568/2015

Faz-se público que o concurso interno de ingresso aberto pelo aviso n.º 10262/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de 14 de agosto, destinado à ocupação de um posto de trabalho na categoria de técnico ajudante de 2.ª classe de medicina legal, da carreira não revista de técnico ajudante de medicina legal, para exercer atividade no Gabinete Médico-Legal e Forense do Ave, deve considerar-se deserto dada a inexistência de candidatos.

10 de abril de 2015. — A Diretora do Departamento de Administração Geral, *Isabel Santos*.

208567917

Deliberação (extrato) n.º 647/2015

Por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P. (INMLCF, I. P.), em sessão de 22 de maio de 2014:

Lic. Carlos Alberto dos Santos Ferreira Dias, cessa a comissão de serviço no cargo de Diretor do Departamento de Administração Geral, com efeitos a 31 de maio de 2014.

(Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas)

10 de abril de 2015. — A Diretora do Departamento de Administração Geral, *Isabel Santos*.

208568524

Regulamento n.º 199/2015

Por deliberação de 20 de março de 2015, o Conselho Coordenador de Avaliação do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P., aprovou, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 58.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua atual redação, o Regulamento que se publica em anexo.

9 de abril de 2015. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Juiz Desembargador Francisco Brízida Martins*.

ANEXO

**Regulamento do Conselho Coordenador de Avaliação
do Instituto Nacional
de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P.**

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objeto

O presente Regulamento define a composição, as competências e o funcionamento do Conselho Coordenador de Avaliação (CCA) do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P. (INMLCF, I. P.), em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 58.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua atual redação.

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

As deliberações do CCA aplicam-se a todos os dirigentes intermédios e trabalhadores do INMLCF, I. P., não integrados nas carreiras médica, de enfermagem e de técnico de diagnóstico e terapêutica, independentemente da modalidade de vinculação e de constituição da relação jurídica de emprego público ao abrigo da qual exercem as respetivas funções, sem prejuízo das especificidades previstas no artigo 42.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua atual redação.

CAPÍTULO II

Composição e competências

Artigo 3.º

Composição

1 — O CCA é composto pelos titulares dos seguintes cargos:

- Presidente do Conselho Diretivo, que preside;
- Chefe de Divisão de Recursos Humanos;
- Diretora do Serviço de Genética e Biologia Forenses;

- Diretor do Serviço de Química e Toxicologia Forenses;
- Chefe de Gabinete da Delegação do Norte;
- Chefe de Gabinete da Delegação do Centro;
- Chefe de Gabinete da Delegação do Sul.

2 — O CCA em composição restrita, a que se refere o n.º 7 do artigo 58.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua atual redação, é composto pelos titulares dos seguintes cargos:

- Presidente do Conselho Diretivo, que preside;
- Chefe de Divisão de Recursos Humanos;
- Diretor da Delegação do Norte;
- Diretor da Delegação do Centro;
- Diretor da Delegação do Sul.

3 — A composição do CCA só poderá ser alterada por despacho fundamentado do Presidente do Conselho Diretivo, e vigora enquanto tal não acontecer.

4 — O CCA dispõe de um secretário, designado pelo Presidente do Conselho Diretivo, podendo esta designação incidir sobre um dos membros daquele órgão ou um trabalhador da Divisão de Recursos Humanos.

Artigo 4.º

Competências

Compete ao CCA:

- Estabelecer diretrizes para uma aplicação objetiva e harmónica do SIADAP 3, tendo em consideração os documentos que integram o ciclo de gestão referido no artigo 8.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua atual redação;
- Estabelecer orientações gerais em matéria de fixação de objetivos, de escolha de competências e de indicadores de medida, em especial relativos à caracterização da situação de superação de objetivos;
- Estabelecer o número de objetivos e de competências a que se deve subordinar a avaliação de desempenho, podendo fazê-lo para todos os trabalhadores do serviço ou, quando se justifique, por unidade orgânica ou por carreira;
- Garantir o rigor e a diferenciação de desempenhos do SIADAP 3, cabendo-lhe validar as avaliações de Desempenho relevante e Desempenho inadequado, bem como proceder ao reconhecimento do Desempenho excelente;
- Emitir parecer sobre os pedidos de apreciação das propostas de avaliação dos dirigentes intermédios avaliados;
- Pronunciar-se, a pedido do Presidente do Conselho Diretivo, sobre as competências a que se subordina a avaliação dos dirigentes intermédios;
- Deliberar sobre a realização da avaliação de desempenho do trabalhador que se encontre em situação funcional que não tenha permitido o contacto direto por um período de pelo menos um ano com o respetivo avaliador.
- Proceder à avaliação através de ponderação curricular, a que se referem o n.º 7 do artigo 42.º e o artigo 43.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua atual redação, mediante proposta do avaliador especificamente nomeado para o efeito pelo Presidente do Conselho Diretivo;
- Proceder à avaliação anual do desempenho dos trabalhadores que exerçam cargos dirigentes e cuja avaliação tenha efeitos na respetiva carreira de origem;
- Fixar os critérios de ponderação curricular e respetiva valoração;
- Pronunciar-se sobre o facto da avaliação de desempenho poder incidir apenas no parâmetro “competências”, conforme mencionado no artigo 80.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua atual redação;
- Pronunciar-se sobre as alterações de posição remuneratória dos trabalhadores, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 157.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.
- Exercer as demais competências que, por lei ou regulamento, lhe são cometidas.

Artigo 5.º

Competências do Presidente

Compete ao Presidente do CCA, nomeadamente:

- Convocar o CCA e presidir às suas reuniões;
- Abrir e encerrar as reuniões, dirigir os trabalhos e assegurar o cumprimento das deliberações;
- Nomear um secretário e um substituto;
- Representar o CCA.

Artigo 6.º

Competências do Secretário

Compete ao Secretário do CCA, nomeadamente:

- Receber os documentos relativos aos assuntos que devam ser submetidos à consideração e apreciação do CCA;
- Apoiar o Presidente do CCA na preparação das reuniões;
- Secretariar as reuniões;
- Elaborar as atas;

e) Assegurar a divulgação e a publicação das deliberações do CCA, sempre que tal for deliberado ou resulte da lei;

f) Assegurar a expedição, arquivo e gestão de todos os documentos resultantes do funcionamento ou das competências do CCA.

CAPÍTULO III Funcionamento

Artigo 7.º

Convocatória para as reuniões e ordem de trabalhos

1 — A convocatória para as reuniões ordinárias deve ser feita via correio eletrónico, com uma antecedência de, pelo menos, cinco dias úteis, com expressa indicação do dia, hora e local da sua realização.

2 — A convocatória de cada reunião é remetida a todos os membros juntamente com a ordem de trabalhos, acompanhada pela documentação respectiva.

Artigo 8.º

Reuniões

1 — O CCA reúne ordinariamente:

a) Até ao final do mês de dezembro de cada ano civil, para o exercício das competências previstas nas alíneas a), b) e c) do artigo 4.º do presente Regulamento;

b) Na 2.ª quinzena de janeiro de cada ano civil, para iniciar o processo de harmonização das avaliações, de forma a assegurar o cumprimento das percentagens relativas à diferenciação de desempenhos, transmitir, se for necessário, novas orientações aos avaliadores e iniciar o processo conducente à validação dos Desempenhos Relevantes e Desempenhos Inadequados e ao reconhecimento dos Desempenhos Excelentes.

c) Até ao final do fevereiro de cada ano civil, para validar as propostas de avaliação com menções de Desempenho Relevante e de Desempenho Inadequado e analisar o impacto da avaliação de desempenho, designadamente para efeitos de reconhecimento de Desempenho Excelente.

2 — O CCA reúne extraordinariamente para o exercício das demais competências ou sempre que necessário, mediante convocação do Presidente.

Artigo 9.º

Deliberações

1 — O CCA delibera apenas quando se encontre presente a maioria dos seus membros.

2 — Na falta de quórum previsto no número anterior, o Presidente do CCA designa outro dia para a reunião, com a mesma natureza, sendo efetuada nova convocatória com, pelo menos, quarenta e oito horas de antecedência.

3 — A reunião em segunda convocatória realizar-se-á com a presença de pelo menos um terço dos seus membros.

4 — As deliberações do CCA são tomadas por votação nominal, precedida de discussão, por maioria simples dos membros presentes, sendo proibida a abstenção.

5 — Só podem ser objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem de trabalhos, salvo, se, pelo menos dois terços dos seus membros presentes, reconhecerem a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos.

6 — Não podem estar presentes no momento da discussão nem da votação os membros do CCA que se encontrem ou se considerem em situação legal de impedimento.

7 — Em caso de empate na votação, o Presidente tem voto de qualidade.

8 — As deliberações do CCA relativas à validação das propostas de avaliação final correspondentes às percentagens máximas de mérito e excelência implicam declaração formal, assinada por todos os membros do CCA, do cumprimento daquelas percentagens.

Artigo 10.º

Atas

1 — De cada reunião é lavrada ata, a qual conterá um resumo de tudo o que nela tiver ocorrido indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas e a forma e o resultado das respetivas votações.

2 — As atas são submetidas à aprovação de todos os membros no final da respetiva reunião ou no início da seguinte, sendo assinadas por todos os membros presentes na reunião.

3 — As deliberações do CCA só são eficazes depois de aprovadas as respetivas atas, nos termos do número anterior.

4 — Qualquer membro do CCA pode fazer constar da ata o seu voto de vencido e as razões que o fundamentam.

5 — A declaração prevista no n.º 8 do artigo anterior deve constar como anexo à ata da reunião que tiver deliberado o reconhecimento de Desempenho Excelente.

Artigo 11.º

Pedido de elementos

O CCA pode solicitar aos avaliadores e aos avaliados os elementos que julgar convenientes para o seu melhor esclarecimento.

CAPÍTULO IV

Disposições finais

Artigo 12.º

Sigilo

Com exceção do avaliado, todos os intervenientes no processo de avaliação, bem como os que, em virtude do exercício das suas funções, tenham conhecimento do mesmo ficam sujeitos ao dever de sigilo.

Artigo 13.º

Casos omissos

Em tudo o que não estiver previsto no presente Regulamento aplicam-se os diplomas legais que regulam o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública e, subsidiariamente, o Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 14.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia útil seguinte ao da sua aprovação.

208567488

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

Despacho n.º 4288/2015

Faz-se público que, por meu despacho de 24 de fevereiro de 2015, foi autorizada, nos termos do disposto nos artigos 280.º e seguintes, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, a licença sem remuneração de longa duração ao Inspetor-Adjunto Hugo Miguel Ferreira Dias, com efeitos a partir de 1 de março de 2015.

13 de abril de 2015. — O Inspetor-Geral, *Pedro Portugal Gaspar*.
208578009

Despacho (extrato) n.º 4289/2015

Faz-se público que, por meu despacho de 02 de março de 2015, foi autorizada, nos termos do disposto nos artigos 280.º e seguintes, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, a licença sem remuneração de longa duração ao Inspetor-Adjunto Principal Paulo Alexandre Gonçalves Morais, com efeitos a partir de 1 de abril de 2015.

13 de abril de 2015. — O Inspetor-Geral, *Pedro Portugal Gaspar*.
208577961

Direção Regional da Economia do Alentejo

Édito n.º 137/2015

Processo EPU N.º 13523

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de julho de 1936, com redação dada pela Portaria n.º 344/89, de 13 de maio, estará patente nas Secretarias das Câmaras Municipais de Ourique, de Castro Verde e de Almodôvar e nesta Direção Regional, sita na Zona Industrial de Almeirim, 18; 7005-639 Évora, com o telefone 266750450, fax 266743530, e-mail dre.alentejo@dreal.min-economia.pt, todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação deste édito no “*Diário da República*”, o projeto apresentado pela EDP Distribuição-Energia, SA — Direção de Projeto e Construção, para o estabelecimento de Linha Aérea a 60 kV (02 12 L5 6353 00), com 14 866.22 metros, com origem na SE60 0510 Ourique e término na